

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
“EMPREGADOS EM EMPRESAS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA DE ELEVADORES E SIMILARES”.
2004 / 2006

Pelo presente instrumento, **SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSISTENCIA TÉCNICA DE ELEVADORES E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO** com registro sindical nº 46000.020.144.89004-0, C.N.P.J. 00.911.280/0001-90 e de outro o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO** com registro sindical nº 46000.002.127.90006-0, C.N.P.J. 71.729.503/0001-40, celebram a presente convenção coletiva de trabalho que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

01 - DATA BASE

Fica consignado 1º de agosto de cada ano, como data-base da categoria profissional.

02 - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos pela presente convenção coletiva de trabalho, com data-base em 1º (primeiro) de agosto, terão um reajuste de 5,57% (cinco, cinqüenta e sete por cento), calculado sobre os salários de 1º de agosto de 2003, com vigência a partir de 1º de agosto de 2004.

Parágrafo Único: Serão compensadas as antecipações, espontâneas ou compulsórias, concedidas no período de 01/08/03 até 31/07/04, exceto os aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, término de aprendizagem, aumento real e/ou mérito.

03 - REAJUSTE SALARIAL PARA ADMITIDOS APÓS A DATA BASE

Os salários dos empregados admitidos após 1º de agosto de 2003 serão reajustados proporcionalmente ao número de meses trabalhados.

Parágrafo Único: sobre o salário de admissão de empregados admitidos em funções com paradigma será aplicado o mesmo percentual concedido ao paradigma, desde que não ultrapasse o menor salário da função, já corrigido.

04 - PROMOÇÕES

Será garantido ao empregado promovido para função ou cargo sem paradigma um aumento real de, no mínimo, 3,5% (três e meio por cento).

05 – SALÁRIO NORMATIVO

A partir de 1º de agosto de 2004, ficam estabelecidos para a categoria profissional os seguintes salários normativos:

- a) R\$ 453,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Três Reais) para os empregados administrativos.
- b) R\$ 620,00 (Seiscentos e Vinte Reais) para as demais funções.

06 – ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno terá acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal, considerando-se trabalho noturno aquele executado entre as 22:00h de um dia e as 5:00h do dia seguinte.

07 – HORA EXTRA

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de:

- a) 50% (cinquenta por cento) de Segunda-feira a Sexta-feira.
- b) 75% (setenta e cinco por cento) aos sábados.
- c) 100% (cem por cento) nos domingos e feriados e dias já compensados, excluindo-se o Sábado trabalhado, pois já possui previsão de percentual de remuneração específico, exceto se tal sábado for feriado.

Parágrafo Único: Para o pagamento das férias e do 13º salário, tanto proporcionais como integrais, computar-se-ão todas as horas extras, pela média dos últimos 12 (doze) meses.

08 – CESTA BÁSICA

As empresas fornecerão, mensalmente e sem nenhum ônus, a todos os seus empregados uma cesta básica de alimentos não perecíveis, com uma quantidade nunca inferior a 25 (Vinte Cinco) quilos.

Parágrafo Primeiro: O empregado que tiver mais de 03 (três) faltas injustificadas durante o mês, não terá direito a receber a cesta básica naquele mês.

Parágrafo Segundo: Ficam desobrigadas do fornecimento da cesta básica as empresas que proporcionarem a todos os seus empregados o Convênio Médico **Standard**, extensivo aos seus dependentes gratuitamente.

Parágrafo Terceiro: Ficam mantidas as condições mais benéficas já concedidas pelo empregador, conforme Legislação Vigente.

09 – TRANSPORTE

As empresas se comprometem a garantir, durante a vigência da presente convenção coletiva de trabalho, a concessão de vale transporte devendo os empregados preencher os referidos formulários, descrevendo quais as conduções que utilizam, diariamente, para ida e volta ao trabalho.

10 – VALE REFEIÇÃO

As empresas fornecerão mensalmente e sem nenhum ônus a todos seus empregados Ticket Refeição, em número de 22 (vinte e duas) unidades ao mês, no valor unitário de R\$ 7,85 (Sete Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Parágrafo Primeiro: As empresas que tiverem refeitório e fornecerem refeição aos seus empregados no local de trabalho estão isentas do fornecimento do ticket refeição.

Parágrafo Segundo: Os empregados perderão o direito de receber o ticket refeição a partir do 16º (décimo sexto) dia de afastamento.

Parágrafo Terceiro: Os empregados não terão direito ao ticket refeição durante o período que estiverem de férias.

11 - DIÁRIAS

Caso haja prestação de serviços externos que resulte ao empregado despesas superiores às habituais no que se refere a transporte, estadia e alimentação e, desde que tais despesas não estejam anteriormente contratadas, a empresa reembolsará ao empregado a diferença que for comprovada.

12 – FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO BANCO DE HORAS /BANCO DE DIAS.

A flexibilização da jornada de trabalho e a implantação de banco de horas /banco de dias será efetuada de conformidade e nos moldes da legislação vigente devendo ser firmado através de termo de acordo próprio com solicitação a ser encaminhada a entidade sindical profissional e patronal.

13 – JORNADA DE TRABALHO.

Os empregadores respeitarão a hora noturna de 52 minutos e 30 trinta segundos para a jornada de trabalho realizada entre 22:00 horas e 05:00 horas, bem com a jornada de 44 horas semanais facultando-se aos empregados e empregadores, mediante acordo escrito estabelecerem jornada especial de trabalho, reduzida ou compensada, inclusive 12 x 36 com assistência do sindicato patronal e sindicato profissional.

14 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência será nos moldes previstos no Art. 445, parágrafo único da CLT.

15 - PREENCHIMENTO DE VAGAS

As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus empregados para preenchimento de vagas de níveis superiores.

16 - TESTE ADMISSIONAL

A realização de testes práticos operacionais não poderá ultrapassar 02 (dois) dias, sendo que as empresas fornecerão, gratuitamente, alimentação aos candidatos em teste, desde que os referidos testes coincidam com os horários de refeições.

17 - APROVEITAMENTO DE DEFICIENTES FÍSICOS

As empresas, conforme estabelecido na legislação vigente, promoverão a admissão de deficientes físicos em funções compatíveis com o estado físico de cada contratado.

18 – MÃE ADOTANTE

Os empregadores deverão observar o fiel cumprimento da Legislação que versa sobre a presente matéria.

19 - SALÁRIOS

I - DO PAGAMENTO:

a) Pagamento mensal de salários:

O pagamento mensal de salários será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, exceto se este coincidir com sábados, domingos ou feriados, devendo, neste caso, ser pago no 1º (primeiro) dia útil imediatamente anterior.

b) Pagamento de salário por meio de Bancos:

As empresas que efetuam o pagamento de salários e/ou vales através de depósitos bancários, deverão proporcionar aos empregados, tempo hábil para recebimento no Banco nos dias de pagamento, dentro da jornada de trabalho e do horário bancário, excluindo-se os horários de refeição, sem prejuízo nos salários dos empregados e sem necessidade de compensação, mantidas as demais condições da portaria nº 3.281 / 84 do Ministério do Trabalho.

II – ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE)

As empresas concederão aos empregados um adiantamento mensal de salário nas seguintes condições:

a) O adiantamento será de 40% (quarenta por cento) do salário nominal, mensal, desde que o empregado já tenha trabalhado, na quinzena, o período correspondente.

b) O adiantamento deverá ser efetuado no dia 20 (vinte) de cada mês, sendo que, quando esse dia coincidir com sábados, domingos ou feriados, deverá ser pago no 1º (primeiro) dia útil imediatamente posterior.

c) O pagamento do adiantamento será devido, inclusive, nos meses em que ocorrer o pagamento das parcelas do 13º salário.

III - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

a) serão fornecidos, obrigatoriamente, demonstrativos de pagamento com a discriminação das horas trabalhadas e de todos os títulos que componham a remuneração, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa, o valor do recolhimento do FGTS e a função exercida.

20 - ATRASO DE PAGAMENTO

O pagamento do salário ou adiantamento (vale), do 13º salário, da remuneração das férias e os abonos respectivos, deverá ser efetuado nos prazos determinados por Lei.

Parágrafo Único: A inobservância do prazo previsto na presente cláusula acarretará à empresa multa mensal e por empregado, a favor da parte prejudicada, correspondente a 3,5% (três e meio por cento) do salário normativo percebido.

21 - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de salário, DSR, férias e 13º salário, nas hipóteses previstas no Art. 473 da C.L.T.

22 - DESCONTO DO DSR

A ocorrência de atraso ao trabalho durante o mês, desde que somados não sejam superiores a 60 (sessenta) minutos, não acarretará o desconto do DSR correspondente.

23 - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO

Fica estabelecido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da comunicação, para que a empresa efetue o pagamento ao empregado de eventual diferença constatada na folha de pagamento.

24 – HORAS EXTRAS – CONTROLE DE PONTO

Os empregadores que mantiverem em seus quadros, mais de 10(dez) empregados, ficam obrigados a manter o controle de ponto da Jornada.

25 - LICENÇA PARA CASAMENTO

No caso de casamento do empregado, a licença remunerada será de 03 (três) dias úteis consecutivos.

26 - LICENÇA PATERNIDADE

De acordo com o Artigo 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, combinado com Artigo 10º, do parágrafo 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a licença paternidade será de 05 (cinco) dias corridos, contados desde a data do nascimento, neles incluído o dia previsto no Artigo 473, inciso III, da CLT.

27- PIS

As empresas, por ocasião da admissão do empregado, indicarão o banco e a respectiva agência para pagamento do PIS.

Parágrafo Único: Quando for necessária a ausência do empregado, durante o expediente normal de trabalho, para receber o PIS, esta não será considerada para efeito do desconto das horas não

trabalhadas, do DSR, feriado, férias e 13º salário.

28 - GARANTIA AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Serão garantidos emprego e salário ao empregado em idade de prestação do serviço militar desde o alistamento até a incorporação e nos 30 (trinta) dias após o desligamento da unidade em que serviu, além do aviso prévio previsto na CLT.

Parágrafo Primeiro: A garantia de emprego será extensiva ao empregado que estiver servindo o Tiro de Guerra.

Parágrafo Segundo: Havendo coincidência entre o horário da prestação do Tiro de Guerra com o horário de trabalho, o empregado não sofrerá desconto do DSR e de feriados respectivos em razão das horas não trabalhadas por esse motivo.

A estes empregados não será impedida a prestação de serviços no restante da jornada.

Parágrafo Terceiro: Estes empregados não poderão ser despedidos a não ser por prática de falta grave ou por mútuo acordo entre empregado e empregador com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional.

29 - GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

a) Aos empregados que, comprovadamente, estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos e que conte com, no mínimo, 05 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa fica assegurado o emprego e salário durante o período que faltar para aposentarem-se.

b) Aos empregados que comprovadamente, estiverem a um máximo de 18 (dezoito) meses da aquisição do direito à aposentadoria e que contem com mais de 10 (dez) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego e salário durante o período que faltar para aposentarem-se.

Parágrafo Primeiro: Caso o empregado dependa de documentação para a comprovação de tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo, a partir da notificação de dispensa, no caso de aposentadoria simples e de 60 (sessenta) dias no caso de aposentadoria especial.

Parágrafo Segundo: Inexistindo justa causa, o contrato de trabalho destes empregados somente poderá ser rescindidos por mútuo acordo ou por pedido de demissão, ambos com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional.

Parágrafo Terceiro: Os empregados deverão comunicar à empresa quando atingir a condição

prevista nesta cláusula fazendo prova deste fato, sem o que as condições estabelecidas não poderão ser exigidas da empresa.

30 - GARANTIA AOS EMPREGADOS AFASTADOS DO SERVIÇO POR DOENÇA

O empregado afastado por motivo de doença terá, ao seu retorno ao serviço, garantia de emprego ou salário por igual período ao do afastamento, limitado esse direito ao máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

31 - LICENÇA PARA EMPREGADA GESTANTE

De acordo com o Art. 7º, Inciso XVIII da Constituição Federal, a licença da empregada gestante será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do afastamento determinado pelo médico.

32 - INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ

As empresas ficam obrigadas a efetuar plano de seguro de vida para todos os seus empregados, com garantia de indenização nunca inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de morte ou invalidez, sob pena de se responsabilizar por tal pagamento.

Parágrafo Único: No caso de falecimento a indenização será paga aos dependentes do empregado.

33 – FÉRIAS

As empresas comunicarão aos empregados, com 30 (trinta) dias de antecedência, a data do início do período de gozo de férias individuais.

Parágrafo Primeiro: O empregado poderá solicitar suas férias, desde que faça com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando a critério da empresa a decisão dentro das prerrogativas legais.

Parágrafo Segundo: O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, devendo ser fixado a partir do primeiro dia útil da semana.

Parágrafo Terceiro: A remuneração das férias, bem como seus adicionais previstos na Constituição Federal ou nesta Convenção Coletiva de Trabalho, serão pagos 02 (dois) dias antes do início das férias individuais ou coletivas.

Parágrafo Quarto: Esta remuneração adicional também se aplicará no caso de qualquer rescisão contratual, quando houver férias a serem indenizadas, vencidas ou proporcionais, sempre

obedecendo aos princípios legais.

Parágrafo Quinto: O empregado poderá optar pelo recebimento da 1ª (primeira) parcela do 13º salário e, do abono pecuniário, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação prevista na presente cláusula.

Parágrafo Sexto: É vedado à empresa interromper o gozo das férias concedidas aos seus empregados;

Parágrafo Sete: As empresas não poderão cancelar as férias já comunicadas aos seus empregados, salvo negociação entre as partes sendo que, sempre ressarcirão as despesas irreversíveis feitas pelo empregado, antes do cancelamento, desde que as mesmas sejam devidamente comprovadas.

Parágrafo Oitavo: Ao empregado cujo contrato de trabalho venha a ser rescindido por iniciativa do empregador, sem justa causa, e no prazo de 15 (quinze) dias após o retorno das férias, será paga uma indenização correspondente a 01 (um) salário nominal do empregado, sem prejuízo das demais verbas rescisórias.

34 - COMPENSAÇÕES DE DIAS OU HORAS

As empresas poderão estabelecer programa de compensação de dias úteis intercalados entre domingos e feriados, fins de semana e carnaval, de sorte a conceder aos empregados um período de descanso mais prolongado, mediante entendimento direto com a maioria dos empregados dos setores envolvidos.

Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de feriado no sábado já compensado durante a semana anterior ao feriado, a empresa poderá, alternativamente, reduzir a jornada de trabalho ao horário normal ou pagar o excedente como hora extra, nos termos da presente convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Segundo: As empresas poderão utilizar-se do Sistema de Compensação Anual de Dias Pontes, com prévia anuência da entidade sindical profissional e sindicato patronal.

35 - CARTA AVISO DE DISPENSA

O empregado dispensado, sob alegação de prática de falta grave, deverá ser avisado do fato, por escrito e contra recibo, esclarecendo-se os motivos, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

Parágrafo Único: No caso de recusa da assinatura por parte do empregado, esta será suprida por assinatura de 02 (duas) testemunhas.

36 - AVISO PRÉVIO

No caso de rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Será comunicado pela empresa, por escrito e contra recibo, esclarecendo se será efetivamente trabalhado ou indenizado;
- b) A redução de 02 (duas) horas diárias, previstas o Art 488 da CLT, será utilizada á conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, mediante opção única do empregado por um dos períodos exercida no ato do recebimento do aviso prévio. Da mesma forma, alternativamente, o empregado poderá optar por 01 (um) dia livre por semana ou 07 (sete) dias corridos durante o período do aviso;
- c) No caso de aviso prévio não indenizado, o empregador fica obrigado a manter o empregado trabalhando no exercício das mesmas funções;
- d) O aviso prévio deverá ter seu início estabelecido de Segunda a Quinta feira.
- e) Ao empregado que no curso do aviso prévio, trabalhado de corrente de dispensa ou pedido de demissão, solicitar, por escrito ao empregador o seu imediato desligamento fica-lhe assegurado este direito, bem como da anotação da respectiva data de saída na CTPS. Neste caso, a empresa esta obrigada a pagar apenas os dias trabalhados, sem prejuízo do prazo legal de 30 (trinta) dias do aviso prévio inclusive as 2 (duas) horas diárias de redução relativas ao período trabalhado previstas no Artigo 488 da CLT, proporcionais ao período não trabalhado.
- f) No aviso prévio indenizado, sempre que solicitado pelo empregado, abaixo na CTPS será efetuada no prazo de 5 (cinco) dias da comunicação de dispensa.

37- GARANTIAS SALARIAIS NA RESCISÃO CONTRATUAL

Eventuais diferenças ou pagamentos suplementares devidos e não conhecidos por ocasião da rescisão de contrato de trabalho deverão ser acordadas pelas partes até 15 (quinze) dias após o fato gerador da diferença que as determinou, desde que o empregado procure a Empresa dentro do prazo estabelecido.

38- HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

As homologações das rescisões do contrato de trabalho dos empregados com 01 (um) ano ou mais de serviço, dispensados sem justa causa, serão feitas pelo Sindicato Profissional ou na Delegacia Regional do Trabalho.

39 - ATUALIZAÇÃO NA CTPS

As empresas efetuarão as anotações pertinentes às alterações salariais espontâneas, por acordo, convenção ou dissídio, bem como as alterações de funções exercidas na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos seus empregados.

40 - QUADRO DE AVISOS

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão à disposição do sindicato representativo da categoria profissional, quadros de avisos para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria que serão encaminhados ao setor competente da empresa para os devidos fins, incumbindo-se este de sua afixação dentro de 12 (doze) horas posteriores ao recebimento.

41 - EXTRATO DO FGTS

O empregado pode obter os extratos do FGTS, a qualquer momento, junto à Caixa Econômica Federal;

Parágrafo Único: Na rescisão do contrato de trabalho será fornecido, pela empresa, o extrato analítico do FGTS.

42 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os atestados médicos e/ou odontológicos passados por facultativos do sindicato profissional para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único: Quando se tratar de “obturações”, os atestados odontológicos serão aceitos pelo período em que o empregado ficou afastado para tal fim, devendo o empregado retornar ao trabalho.

43 - ATENDIMENTO MÉDICO E CONVÊNIO

As empresas exigirão prévia requisição de guia para encaminhamento do empregado ao convênio médico. Salvo os casos de emergência.

44 - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher a documentação exigida pela Seguridade Social quando solicitada pelo empregado e fornecê-la nos seguintes prazos máximos:

- a) Para fins de obtenção de Auxílio Doença: 05 (cinco) dias úteis;
- b) Para fins de aposentadoria: 10 (dez) dias úteis;
- c) Para fins de obtenção de aposentadoria especial: 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo Único: As empresas fornecerão, por ocasião do desligamento do empregado, quando for o caso, o formulário exigido pela Seguridade Social, para fins de instrução de processo de aposentadoria especial.

45 - ÁGUA POTÁVEL

As Empresas fornecerão água potável para consumo de seus empregados, conforme o art. 200, inciso VII da C.L.T.

46 - MUDANÇA DE MUNICÍPIO

No caso de mudança de estabelecimento empresarial de município, as empresas analisarão a situação de cada empregado que não possa acompanhar a empresa no novo estabelecimento.

47 - RELAÇÃO DE EMPRESAS

Quando solicitado por escrito, o sindicato representativo da categoria econômica, signatário da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fornecerá, ao sindicato representativo da categoria profissional, a relação das empresas abrangidas por sua representação, associadas ou não, discriminando os estabelecimentos existentes em cada base territorial.

48 - COMPROVANTE DO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas enviarão ao Sindicato, quando do pagamento da contribuição sindical, o comprovante de pagamento, conforme artigo 583 parágrafo II da C.L.T.

49 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES

As empresas estão obrigadas a fornecer uniformes completos, aos seus empregados, sendo que por ocasião do desligamento do empregado este deverá devolvê-los por se tratar de materiais de propriedade das empresas.

50 - FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS DE PRECISÃO

- a) As empresas fornecerão, sem quaisquer ônus, aos empregados às ferramentas e instrumentos

de precisão necessários para prestação dos serviços respectivos, sendo da responsabilidade do empregado a sua reposição quando aqueles forem extraviados ou danificados;

Parágrafo Único: Quando as ferramentas e instrumentos de precisão forem danificados por desgaste normal de uso, serão as mesmas repostas, sem qualquer ônus para os empregados.

51 - DIRIGENTES SINDICAIS

a) Fica o Sindicato profissional obrigado a informar às empresas, desde o momento da candidatura, os nomes dos empregados que disputarão o cargo de direção ou representação sindical;

b) Após a eleição, a Entidade Sindical profissional comunicará, expressamente, às empresas os empregados que foram eleitos bem como o tempo de mandato.

c) os dias em que os Diretores do Sindicato, permanecerem afastados da empresa para exercer atividades no Sindicato, não sofrerão desconto em seu salário, e nem prejuízo no 13º salário e férias, desde que comunicado a empresa por escrito e 48 (quarenta e oito) horas antes da ausência, sendo esta ausência no máximo de 02 (dois) dias por mês.

52 - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E/OU CURSOS OU ENCONTROS SINDICAIS

a) Os dirigentes sindicais não afastados de suas funções na empresa, poderão ausentar-se do serviço, sem prejuízo nas férias, 13º salário e descanso semanal remunerado, desde que pré-avisada a empresa, por escrito, pelo sindicato profissional, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes do afastamento;

b) As empresas devem liberar seus funcionários, de acordo com a convocação feita pelo sindicato profissional, para que os mesmos possam participar de:

b.1) Cursos, seminários e palestras sobre prevenção e segurança no trabalho, saúde do trabalhador e meio ambiente no local de trabalho;

b.2) Cursos, seminários e palestras sobre o desenvolvimento tecnológico, programas de qualidade e produtividade, programas de formação, complementação e reciclagem profissional;

c) Para a participação desses cursos, seminários e palestras o empregado terá até 05 (cinco) dias por ano. O sindicato terá 05 (cinco) dias, após a realização dos mesmos, para comprovar a frequência do empregado no evento.

d) O empregado que for convocado pelo Sindicato para o evento não sofrerá prejuízo salarial, sendo seu comparecimento considerado como de efetivo trabalho.

e) Este benefício observará os critérios abaixo:

e.1) Para as empresas com mais de 15 (quinze) empregados, limitado a 02 (dois) empregados por ano, sendo 01 (um) de cada vez.

e.2) Para as empresas com mais de 80 (oitenta) empregados, limitado a 06 (seis) empregados por ano, sendo, no máximo 02 (dois) de cada vez.

53 - CIPA

Será obedecida a Portaria 3214, NR 5, para a eleição da CIPA.

No prazo de 15 (quinze) dias após a realização das eleições, será o Sindicato dos Trabalhadores comunicado do resultado, indicando-se a data do pleito, da posse, e os nomes dos eleitos, especificando-se os efetivos e os suplentes.

54 - PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

a) As máquinas e equipamentos em geral deverão dispor de mecanismos de proteção

b) Em caso de acidentes ocasionados por máquinas e equipamentos, o empregador, em 48 (quarenta e oito) horas, deverá comunicar, através do “CAT” ao INSS, descrevendo, de forma pormenorizada, o acidente.

c) Em caso de acidente decorrente do trabalho, a empresa deverá adotar medidas que visem à eliminação dos riscos desses acidentes, cujo prazo não deverá exceder a 15 (quinze) dias.

55 - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Ficam as empresas obrigadas a cumprirem, fielmente, todas as Portarias, Decretos e Leis emanadas dos Poderes Públicos Municipais, Estaduais e Federais pertinentes aos seus ramos de atividades.

Parágrafo Único: As empresas que atuam no Município de São Paulo ficam obrigadas a cumprirem a Lei Municipal nº 10348 e os Decretos Municipais nº 33948 e nº 34179.

56 - DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE EMPRESAS

Qualquer empresa abrangida pela presente convenção coletiva de trabalho que contratar outra para prestar serviços a título de terceirização de conservação, manutenção e assistência técnica de elevadores e similares, exigirá que a contratada cumpra expressamente o disposto na cláusula 51.

57- DO ESTAGIÁRIO

Quando da contratação de estagiários as empresas deverão cumprir a legislação específica sobre a matéria.

58 – ACUMULO DE CARGO

Fica expressamente proibido contratar pessoas com cargo administrativo para exercer funções técnicas, sob pena de incidência de multa de 20% (vinte por cento) do respectivo salário nominal.

59 - PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS E/OU RESULTADOS DAS EMPRESAS (PLR)

Fica estipulado relativamente ao exercício de 2004, quanto à participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR), nos termos do **art. 7º, XI**, primeira parte e do **art. 8º, VI, da Constituição Federal, e da Lei nº 10.101, de 19/12/2000**, que dispõem sobre este assunto, que **esta participação corresponderá aos seguintes valores, POR SEMESTRE, por empregado**, conforme o número de empregados de cada empresa, ou seja:

De 01 a 25 empregados, será feito pagamento de R\$ 32,50 (Trinta e Dois Reais e Cinquenta Centavos).

De 26 a 50 empregados, será feito pagamento de R\$ 65,00 (Sessenta e Cinco Reais).

De 51 a 75 empregados, será feito pagamento de R\$ 130,00 (Cento e Trinta Reais).

De 76 empregados, em diante, será feito pagamento de R\$ 165,00 (Cento e Sessenta e Cinco Reais).

Esses valores serão pagos semestralmente, sendo o primeiro vencimento até o dia 05/07/05, relativo ao primeiro semestre de 2004, e o segundo até o dia 05/01/06, relativo ao segundo semestre de 2004.

1. Para empregados desligados, será pago proporcionalmente aos meses efetivamente trabalhados, durante o período de apuração, à razão de 1/12 por mês de serviço ou fração superior a 15 dias, excluídos desta proporcionalidade os afastados por acidente do trabalho;
2. No tocante aos empregados admitidos no período de 01/01/05 a 30/06/05, e 01/07/05 a 31/12/05, será aplicada proporcionalmente, à razão de 1/12 por mês de serviço ou fração superior a 15 dias;
3. Finalmente, empregados demitidos dentro do período de 01/01/05 a 30/06/05, não farão jus a Segunda parcela.

Todas as empresas procederão ao desconto dos valores abaixo discriminados a título de **CONTRIBUIÇÃO PARTICIPATIVA** na negociação, de cada empregado, durante a vigência desta **Convenção Coletiva de Trabalho de 2002/2003/2004**, e deverão recolhê-lo até 05 dias corridos após os descontos, de acordo com os critérios abaixo:

- a) R\$ 10,00 (Dez Reais), por semestre de apuração, para o Sindicato Laboral signatário da presente Convenção Coletiva de Trabalho, obedecendo à devida proporcionalidade mencionada no item 2 desta cláusula;
- b) O empregado não fará jus ao recebimento de nenhuma parcela da mencionada participação nos lucros ou resultados, dos períodos de 01/01/05 a 30/06/05 e 01/07/05 a 31/12/05, se cometer 03 (três) faltas injustificadas e/ou ultrapassar 05:00 (cinco horas) de atrasos injustificados, dentro de qualquer semestre de apuração, salvo em caso de paralisação total ou parcial do transporte coletivo, ou em caso de enchente, devidamente comprovado através dos meios de comunicação;
- c) Se descontada e não recolhida à contribuição prevista nesta cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) da PLR paga, revertendo em benefício da parte prejudicada.
- d) Os acordos sobre o tema, Celebrados diretamente com os empregados, nos termos da Lei e desde que mais benéficos aos empregados deverão ser convalidados pela anuência da Entidade Profissional, para que esta possa verificar a lisura dos procedimentos negociais.

60- COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica convencionado entre as partes que no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura da presente convenção Coletiva de trabalho, se reunirão para efetuar estudos relativos à viabilidade de implantação da comissão de conciliação prévia intersindical.

61 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Todos os trabalhadores contribuirão com o percentual de 5% (cinco por cento) de uma só vez quando dos salários reajustados da categoria, conforme determina o Precedente Normativo de Nº 21 do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

62- CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Nos Termos do artigo 513, "e" da CLT e de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), em sede de recurso extraordinário, bem como decisão da assembléia geral extraordinária realizada no dia 25 de junho de 2004 na sede da entidade sindical profissional, fica estipulado á todos os empregados da categoria a contribuição negocial de 1,5%(um e meio por cento) sobre o salário nominal de cada empregado, exceto no mês de agosto para manutenção dos sistemas sindical confederativo e os benefícios oferecidos para a categoria, tais como: Admistração, Convênios Médicos, Convênios Hospitalares, Convênios Odontológicos, Colônia de Férias, Assistência Jurídica, Convênio Farmácias e Outros.

Parágrafo Primeiro – O não recolhimentos das contribuições referidas na presente cláusula acarretará, para o empregador, multa de 10% (dez por cento) sobre o montante, juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária na forma da Lei.

Parágrafo Segundo – Fica assegurado ao trabalhador o direito de fazer carta de oposição até 10 (dez) dias após a assinatura da CCT. Mediante a carta de próprio punho confeccionada em 03 (Três) vias de igual teor protocolizada pessoalmente pelo interessado na sede da entidade sindical profissional.

Parágrafo Terceiro – A responsabilidade pelo desconto e repasse da contribuição negocial está a cargo do empregador, que em eventual omissão no desconto ou repasse não recolhido á está entidade laboral o mesmo marcará com os valores devidos.

63-MENSALIDADE ASSOCIATIVA

Fica os empregadores obrigados ao recolhimento da mensalidade dos empregados associados a está entidade laboral no valor de R\$ 10,00 (Dez Reais), a partir de 1º de Agosto de 2004 conforme decisão da assembléia geral extraordinária e com embasamento legal nos Estatutos Sociais da entidade.

64- CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Ficam os empregadores obrigados a recolher ao sindicato das empresas de Conservação, Manutenção e Instalação de Elevadores do Estado de São Paulo em guias próprias encaminhadas pelo mesmo, as contribuições aprovadas em Assembléia Geral da categoria patronal.

Parágrafo Único: A empresa que deixar de recolher ao sindicato patronal beneficiado, dentro dos prazos estipulados nas guias para recolhimento, as contribuições Confederativas e ou Assistencial, incorrerá em multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do montante, não recolhido, 1% (um por cento) por mês de atraso e atualização monetária revertidos em favor do sindicato patronal.

65 – CONTRIBUIÇÃO PARA APRIMORAMENTO PROFISSIONALIZANTE.

Visando a valorização das categorias profissionais e econômicas representadas pelas entidades signatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho, institui –se a presente contribuição, que deverá ser recolhida mensalmente pelos empregadores do segmento econômico, em guias próprias expedidas pela entidade profissional e patronal, que será no importe de 0,25% (Zero inteiros e vinte cinco décimos por cento) sobre o total bruto da folha de pagamento, para cada entidade mencionadas, totalizando 0,50% (Zero inteiros e cinquenta décimos por cento).

Parágrafo Primeiro – A presente contribuição deverá ser utilizada pelas entidades sindicais com o propósito de criarem cursos para capacitação dos profissionais da área, bem como desenvolver campanhas informativas e educacionais de visem à segurança e produtividade qualitativa.

Parágrafo Segundo – As entidades sindicais para consecução dos seus fins, reunir-se-ão bimestralmente, visando esforço conjunto para criação de meios que definam metas e formas a serem utilizadas nessas campanhas, inclusive desenvolver políticas para a regulamentação de

mercado.

Parágrafo Terceiro – Os empregadores efetuaram esse desconto até o dia 10 de cada mês.

66 - NORMAS CONSTITUCIONAIS

A promulgação de legislação ordinária e/ou complementar, regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá, onde aplicável, direitos e deveres previstos nesta convenção coletiva de trabalho, ressaltando-se sempre as condições mais favoráveis aos empregados, sendo vedada, em qualquer hipótese, a acumulação.

67 - CUMPRIMENTO

As partes se comprometem a observar os dispositivos ora pactuados, ficando certo que à parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta convenção coletiva de trabalho e na Legislação vigente.

68 - MULTAS PELO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Fica estabelecida a multa de 1% (um por cento) do salário normativo da categoria, por infração de quaisquer das cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho, por empregado, revertendo-se em favor da parte prejudicada, exceto para as cláusulas que já tenham multa pré - estabelecida.

69 - ABRANGÊNCIA

A presente convenção coletiva de trabalho abrange a categoria profissional de “Empregados em Empresas de Conservação, Manutenção e Assistência Técnica de Elevadores e Similares” no Estado de São Paulo, exceto nos Municípios que tenham sindicatos profissionais organizados.

70 - REVISÃO, DENÚNCIA, PRORROGAÇÃO OU REVOGAÇÃO.

Caso as partes, subscritoras da presente convenção coletiva de trabalho, tiverem intenção de proceder qualquer modificação, extinção ou acréscimo de condições, deveram fazê-lo por negociações coletivas sendo que as alterações serão manifestadas através de pauta de reivindicações entregue pelo sindicato profissional ou patronal.

71 – VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com início retroativo a 01 de agosto de 2004 e término em 31 de julho de 2006, exceto para as cláusulas de

cunho econômico, as quais terão vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de agosto de 2004 e término em 31 de julho de 2005.

72 – REPASSE A ENTIDADE DE 2º GRAU

Do montante recolhido à entidade sindical profissional referente à contribuição negocial mensalmente, exceto a contribuição assistencial cuja esta será repassado uma vez por ano quando das negociações coletivas, a entidade profissional repassará a FETHESP (Federação dos empregados em turismo e hospitalidade do estado de São Paulo) o equivalente a 6%(seis por cento) conforme deliberação da ultima reunião de diretoria da FETHESP.

São Paulo, 05 de Agosto de 2004.

São Paulo, 05 de Agosto de 2004.

**Entidade Profissional
Econômica**

Entidade

**JOSÉ INALDO DOS SANTOS
DOS SANTOS
Presidente em Exercício
SEECMATESP
CPF. 134.953.768-36
C.N.P.J.00.911.280/0001-90
71.729.503/0001-40**

**VALENTIM MAXIMIANO
Diretor - Presidente
SECIESP
CPF. 042.185.738-24
C.N.P.J.**